SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade ï CCON

DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

1º TRIMESTRE DE 2021

2021

REITOR:
Aécio José Araújo Passos Duarte

PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO:
Leonardo Carneiro Lapa

DIRETORIA DE ORÇAMENTO:
Diogo Soares de Melo Magalhães

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:
José Virolli Chaves

COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE:
Eron Paz Rosado

EQUIPE TÉCNICA:
Maria Pedrina Silveira de Oliveira
Moises Silva de Souza Filho

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano ï IF Baiano ï é uma autarquia do Poder Executivo, de administração indireta vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criado nos termos da Lei n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IF Baiano é originário da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, dos municípios de Catu, Guanambi, Senhor do Bonfim e Santa Inês e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac ï EMARC, dos municípios de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença.

A partir do projeto de expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Campi de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique foram implantados, fazendo com que a nossa instituição tenha 14 unidades de ensino que alcançam 19 territórios de identidade do Estado.

Até 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano tinha uma unidade de administração central, a Reitoria, e 10 (dez) campi em pleno funcionamento, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades. Em 2015, somou-se às outras dez unidades o campus Serrinha e, em 2016 os campi Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique completaram essa etapa de expansão. Assim, o IF Baiano é uma rede composta por 14 (quatorze) campi e pela Reitoria, conforme quadro seguinte:

Órgão 26404-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada Órgão 26404	
Código SIAFI	Nome
151889	CAMPUS BOM JESUS DA LAPA
154579	CAMPUS VALENCA
154580	CAMPUS ITAPETINGA
154581	CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS
154617	CAMPUS URUCUCA
154618	CAMPUS GOV. MANGABEIRA
155821	CAMPUS SERRINHA
155884	CAMPUS ITABERABA
155885	CAMPUS XIQUE-XIQUE
155891	CAMPUS ALAGOINHAS
158129	REITORIA
158277	CAMPUS SANTA INES
158435	CAMPUS SENHOR DO BONFIM
158442	CAMPUS GUANAMBI
158443	CAMPUS CATU

O(A) Reitor(a) é eleito(a) para um mandato de quatro anos e realiza a gestão acadêmica e administrativa com a colaboração de dois órgãos colegiados ï o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.

Como órgão executivo, responsável pela condução dos processos de gestão administrativa e acadêmica, a Reitoria possui cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). A Reitoria dispõe de 02 (duas) diretorias sistêmicas: a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) e Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), além de Órgãos de assessoramento.

Os campi possuem uma Diretoria Acadêmica e uma Diretoria Administrativa, que, por sua vez, desdobram-se em coordenações, em setores, em secretarias, em núcleos e em demais estruturas organizacionais de nível operacional que executam as atividades finalísticas e de suporte.

2 ï BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Órgão IF Baiano, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As DCON abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras (UG) subordinada ao Órgão.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômica, financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas `pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP ï Plano de Contas Aplicado ao Setor Público). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de Conta Única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e aqueles destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das Demonstrações Contábeis do IF Baiano, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as UGs que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), visto que essas formam o ente econômico Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 ï Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza ñintraò, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3 ï RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual ï LOA, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da Seguridade Sx'ocial para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IF Baiano, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

(a) Moeda Funcional e saldos em moedas estrangeiras. A moeda funcional da União é o Real, sendo utilizado a mesma moeda pelo Órgão.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa. Incluem dinheiro em caixa, Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

(c) Créditos a Curto Prazo. Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques. Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o PEPS (Primeiro que Entra Primeiro que Sai). Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo. Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e das correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção refere-se aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo PEPS.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado. O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tivere vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

(h) Intangível. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Diferido Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo foi amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e bens móveis. A base de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os Bens Móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(l) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet. O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos Bens Imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos Circulantes e Não Circulantes. As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no Passivo Não Circulante), os Passivos Circulante e Não Circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores. Ressalta-se a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do Órgão, sem transitar pelas contas de resultado, por se referirem a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Restos a Pagar. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (ñresíduos passivosò); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, realizadas a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (que tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das Demonstrações Contábeis.

(p) Provisões. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v)

provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(q) Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência. Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal ï Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social ï RPPS, por exemplo). Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, consequentemente assim para o Órgão, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(r) Ativos e Passivos Contingentes. Os Ativos e Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(s) Apuração do resultado. No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;
II. Orçamentário; e
III. Financeiro.

(s.1) Resultado patrimonial. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s.2) Resultado orçamentário. O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit / déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(s.3) Resultado financeiro. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Instituto, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Salienta-se que esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa ï DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua avaliação permite, também, a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do

período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A seguir, serão detalhados os principais itens dos Demonstrativos Contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

4 ï NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE ï BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial é a Demonstração Contábil que evidência, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os Ativos e Passivos são conceituados e segregados em Circulante e Não Circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 7 ed. 2017).

Do total do Ativo, 85,25% concentra-se no Ativo Não Circulante, onde o imobilizado tem a maior representatividade. No 1º trimestre de 2021, o Órgão apresentou um decréscimo de 2,47% do seu Ativo Total em relação ao final do 4º trimestre de 2020. Esta diminuição foi mais representativa no grupo Ativo Circulante, no Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo:

Tabela: Composição do Ativo:

COMPOSIÇÃO ATIVO	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	39.039.925,62	41.386.123,70	14,75	-5,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.663.782,83	230.012.897,56	85,25	-1,89
TOTAL DO ATIVO	264.703.708,45	271.399.021,26	100	-2,47

Fonte: Siafi 2021,2020.

4.1 - Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:
(a) disponibilidade para realização imediata ou
(b) possui expectativa de realização até doze meses da data da demonstração contábil.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Ativo Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO CIRCULANTE	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.060.560,13	23.464.292,72	48,82	-18,77
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.701.506,08	14.271.545,22	40,22	10,02
ESTOQUES	4.277.859,41	3.650.285,76	10,96	17,19
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	39.039.925,62	41.386.123,70	100	-5,67

Fonte: Siafi 2021, 2020.

4.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo ñCaixa e Equivalentes de Caixaò contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em ñMoeda Nacionalò e em ñMoeda Estrangeiraò. Como foi citado anteriormente, no IF Baiano contemplam-se apenas ñMoeda Nacionalò

No primeiro trimestre de 2021, o item ñCaixa e Equivalentes de Caixaò é o que tem maior representatividade, correspondendo a 48,82% do total do Ativo Circulante. Nota-se uma redução de 18,77% em relação a dezembro do ano anterior. Essa redução decorre da disponibilidade financeira no final do exercício anterior ter sido utilizada para pagamentos de obrigações no primeiro trimestre do ano corrente e da redução das atividades resultantes da pandemia COVID-19,

Já no subgrupo Créditos e Valores a Curto Prazo, em 31 de março de 2021, observa-se um aumento de 10,02% em relação a dezembro de 2020. Esse aumento decorre principalmente de adiantamento de 13º salário e férias.

Ressalta-se também, o aumento de 17,19% no grupo Estoques, devido à aquisição de materiais para suprir as necessidades de funcionamento do Instituto.

4.2 - Ativo Não Circulante

Compreendem os ativos que têm expectativa de realização após 12 (doze) meses da data das Demonstrações Contábeis.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Não Circulante:

Tabela: Composição Ativo Não Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO NÃO CIRCULANTE	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
IMOBILIZADO	224.856.776,19	229.260.193,72	99,64	-1,92
INTAGÍVEIS	807.006,64	752.703,84	0,36	7,21
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.663.782,83	230.012.897,56	100	-1,89

Fonte: Siafi 2021,2020.

O Ativo Não Circulante é composto em 99,64% do item ñimobilizadoò, correspondente a R$ 224,8 milhões.

Houve uma redução de 1.89% do total do Ativo Não Circulante em relação ao fechamento do ano anterior, decorrentes da apropriação da depreciação, baixa por desfazimento de bens móveis e transferência de imóvel a SPU.

4.2.1- Ativo Imobilizado

O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis do IF Baiano. Os bens são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

4.2.1.1ï Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26404 possuíam saldo líquido no primeiro trimestre de 2021 de R$ 38,2 milhões em diversas contas de Bens Móveis, conforme tabela a seguir:

Tabela: Bens Móveis ï Composição:

COMPOSIÇÃO BEN MÓVEIS	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	25.120.742,24	24.798.094,75	27,67	1,30
BENS DE INFORMATICA	19.730.717,69	19.722.802,60	21,73	0,04
MOVEIS E UTENSILIOS	21.618.165,80	21.342.620,23	23,81	1,29
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	6.437.200,46	6.285.250,84	7,09	2,42
VEICULOS	16.769.744,21	16.739.993,85	18,47	0,18
SEMOVENTES	667.911,44	728.486,94	0,74	-8,32
DEMAIS BENS MOVEIS	454.196,19	454.196,19	0,50	0,00
TOTAL BENS MÓVEIS	90.798.678,03	90.071.445,40	100,00	0,81
DEPRECIAÇÃO (-)	52.546.413,00	51.106.883,53	----	2,82
TOTAL LÍQUIDO BENS MÓVEIS	38.252.265,03	38.964.561,87	----	-1,83

Fonte: Siafi 2020,2019.

Nota-se uma diminuição do saldo líquido de Bens Móveis de 1,83% no primeiro trimestre do ano corrente em relação ao dezembro de 2020. Essa redução é justificada principalmente pela apropriação da depreciação do período e por baixas patrimoniais móveis conforme processo de desfazimento 23327.001543/2019-85.

Apesar da redução do saldo líquido, é válido destacar o aumento nos subgrupos Material Cultural, Educacional e de Comunicação (2,42%), Máquinas Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (1,30%) e Móveis e Utensílios (1,29%), decorrentes de doações recebidas e de aquisições, cujos objetivos são: o equipamento das bibliotecas e a estruturação para o funcionamento dos Campi

Esse desinvestimento é ocasionado pela diferença proporcional entre o aumento da depreciação e o aumento total dos bens permanentes, onde é justificado pelos investimentos entregues em exercícios anteriores, pela diminuição do plano de expansão da rede federal de ensino e pelas reduções orçamentárias referentes a despesas de capital.

É válido destacar que a redução de 8,32% no subgrupo semoventes, são

decorrentes a reclassificações contábeis para o subgrupo Equipamentos de Montaria, situada no grupo de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, realizadas na unidade de Teixeira de Freitas.

Os mais representativos são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios.

A apuração mensal da depreciação é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.2.2.2ï Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da IF Baiano em 31 de março de 2021, totalizavam um saldo líquido R$ 186,6 milhões e estavam distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Bens Imóveis ï Composição:

COMPOSIÇÃO BENS IMÓVEIS	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	90.000.890,55	94.435.705,02	47,81	-4,70
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	---	---	---	---
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	97.088.727,07	96.592.657,39	51,57	0,51
INSTALACOES	1.167.008,45	900.539,72	0,62	29,59
TOTAL BENS IMÓVEIS	188.256.626,07	191.928.902,13	100,00	-1,91
DEPRECIACAO (-)	1.652.114,91	1.633.270,28	---	1,15
TOTAL LÍQUIDO BENS IMÓVEIS	186.604.511,16	190.295.631,85	---	-1,94

Fonte: Siafi 2021, 2020.

Em síntese, os Bens de Uso Especial, mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis: Edifícios, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Fazendas, Parques e Reservas, entre outros.

Vale destacar que redução dos Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNET é decorrente da devolução do imóvel RIP 3715000125007 para a Superintendência do Patrimônio da União.

Os bens imóveis em andamento compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos, etc.), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

A próxima tabela visa apresentar a composição do subgrupo Obras em Andamento:

Tabela: Obras em Andamento - Composição por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO OBRAS EMANDAMENTO	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
VALENÇA	61.506,93	61.506,93	0,06	–
ITAPETINGA	5.490.719,54	5.490.719,54	5,66	–
TEIXEIRA DE FREITAS	2.997.940,55	2.903.618,06	3,09	3,25
URUÇUCA	8.474.795,19	8.474.795,19	8,73	–
SANTA INES	4.590.590,82	4.590.590,82	4,73	–
SENHOR DO BONFIM	8.347.070,47	8.347.070,47	8,60	–
GUANAMBI	7.177.228,46	7.039.744,87	7,39	1,95
CATU	10.953.943,07	10.953.943,07	11,28	–
SERRINHA	14.534.845,25	14.534.845,25	14,97	–
ITABERABA	8.127.515,75	7.970.505,62	8,37	1,97
XIQUE-XIQUE	7.631.294,13	7.545.040,66	7,86	1,14
ALAGOINHAS	15.395.429,76	15.395.429,76	15,86	–
REITORIA	3.284.847,15	3.284.847,15	3,38	–
TOTAL OBRAS EMANDAMENTO	97.067.727,07	96.592.657,39	100,00	0,49

Fonte: Siafi 2021, 2020.

Houve uma variação positiva de 0,49% na conta Bens Imóveis em Andamento no fechamento do primeiro trimestre de 2021 em relação a abertura do ano corrente, oriundas:

-da execução de projeto de unidade de beneficiamento de plantas medicinais e melhorias em viveiros de mudas, na unidade de Teixeira de Freitas.

- da reforma e ampliação do refeitório na unidade de Guanambi.

- da construção do refeitório do campus Itaberaba.

- da construção da quadra poliesportiva na unidade de Xique ï Xique.

É válido salientar que após a conclusão das obras, os registros na conta de Bens Imóveis em Andamento deverão ser reclassificados. Para isso, a Coordenação de

Contabilidade está analisando junto ao setor competente a documentação necessária para as devidas reclassificações.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Patrimônio da União (STN/SPU) nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e sobre requisitos gerais para mensuração, para atualização, para reavaliação e para depreciação dos Bens Imóveis da União, das Autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet do IF Baiano vem sendo realizado regularmente.

4.2.3 ï Ativos Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Órgão IF Baiano, apesar de ter Ativos Intangíveis produzidos internamente, devido impossibilidade de sua mensuração, não pode ativá-los. Assim, esses ativos gerados internamente foram reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva em que foram incorridos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para o primeiro trimestre do exercício de 2021 comparado ao último trimestre do ano anterior.

Tabela: Ativos Intangíveis ï Composição:

COMPOSIÇÃO BENS INTANGÍVEIS	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020
SOFTWARES COMVIDA UTIL INDEFINIDA	785.237,14	752.583,84
SOFTWARES COMVIDA UTIL DEFINIDA	21.649,50	---
MARCAS/DIREITOS/PATENTES VIDA UTIL INDEFINIDA	120,00	120,00
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	807.006,64	752.703,84

Fonte: Siafi 2021, 2020.

Observa-se que o subgrupo dos softwares com vida útil indefinida representa 97,30% do total dos intangíveis. Ainda é válido salientar que a Reitoria possui maior representatividade dentre as demais Unidades Gestoras em relação ao grupo de Intangíveis com 84,56%.

Ainda é oportuno informar que a variação positiva entre abertura do ano corrente e 31 de março de 2021 foi de 7,21%, decorre da aquisição de softwares nas unidades de Bom Jesus da Lapa, Serrinha, Itaberaba e Itapetinga, este último referente a software com vida útil definida.

A apuração mensal da amortização é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.3 ï Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os Ativos e os Passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como Patrimônio Líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o Patrimônio Líquido: o patrimônio ou capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as demais reservas, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Do total do Passivo e Patrimônio Líquido, 20,38% concentravam-se no Exigível a Curto Prazo. Já as Obrigações a Longo prazo tinha representação em 0,12%, oriundas de lançamento contra o IF Baiano, referente a precatório lançado pelo Tribunal Regional Federal da 1º Região.

Já o grupo Patrimônio Líquido representam 79,51%, do total do Passivo e Patrimônio Líquido. Vale salientar que o item mais representativo é o Resultado de Exercícios Anteriores.

Tabela: Passivo e Patrimônio Líquido ï Composição:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	53.937.923,54	53.253.714,86	20,38	1,28
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	306.266,89	306.266,89	0,12	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	210.459.518,02	217.839.039,51	79,51	-3,39
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	264.703.708,45	271.399.021,26	100,00	-2,47

Fonte: Siafi 2021, 2020

4.3.1 ï Passivo Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das Demonstrações Contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Passivo Circulante:

COMPOSIÇÃO PASSIVO CIRCULANTE	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	14.186.809,16	19.745.969,97	26,30	-28,15
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.986.471,12	565.754,30	9,24	781,38
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	3.220,44	1.577,14	0,01	104,19
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.761.422,82	32.940.413,45	64,45	5,53
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	53.937.923,54	53.253.714,86	100,00	1,28

Fonte: Siafi 2021, 2020.

No primeiro trimestre de 2021, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, apresentou um saldo aproximado de R$ 53,9 milhões no seu Passivo Circulante, sendo as mais representativas as ñDemais Obrigações a Curto Prazoò (64,45%) e as ñObrigações Trabalhistas, Previdências e Assist. a Pagarò (26,30%).

No grupo ñFornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazoò nota-se um aumento nos saldos de aproximadamente de 781,38% em 31 de março de 2021 em comparação fechamento do exercício do ano anterior. Esse aumento é justificado pela execução dos Restos a Pagar, bem como pela execução do orçamento do ano corrente referente às atividades de funcionamento.

Na próxima tabela, está demonstrada a composição por Unidade Gestora contratante com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31 de março do ano corrente.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar ï Composição:

COMPOSIÇÃO FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG	MARÇO 2021	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	362.206,58	7,26
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	202.636,74	4,06
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	371.826,25	7,46
INST. FED. BAIANO - CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	246.454,87	4,94
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	269.303,43	5,40
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	354.488,70	7,11
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	155.981,86	3,13
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	223.964,05	4,49
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	116.107,72	2,33
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	75.860,63	1,52
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	184.255,35	3,70
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	1.017.449,50	20,40
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	243.682,14	4,89
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	544.907,99	10,93
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	617.345,31	12,38
TOTAL FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	4.986.471,12	100,00

Fonte: Siafi 2021

Constata-se que as Unidades Gestoras de Santa Inês, Catu e Guanambi correspondem a 43,71% do total dos Fornecedores e Contas a Pagar.

Nas tabelas e gráficos apresentados a seguir, estarão relacionados os 5 (cinco) fornecedores com os valores mais significativos ao final do primeiro trimestre de 2021, representando 33,93% dos contratados pelas unidades vinculadas do Órgão.

A Tabela abaixo apresenta os cinco maiores fornecedores a curto prazo e seus valores a serem pagos a curto prazo.

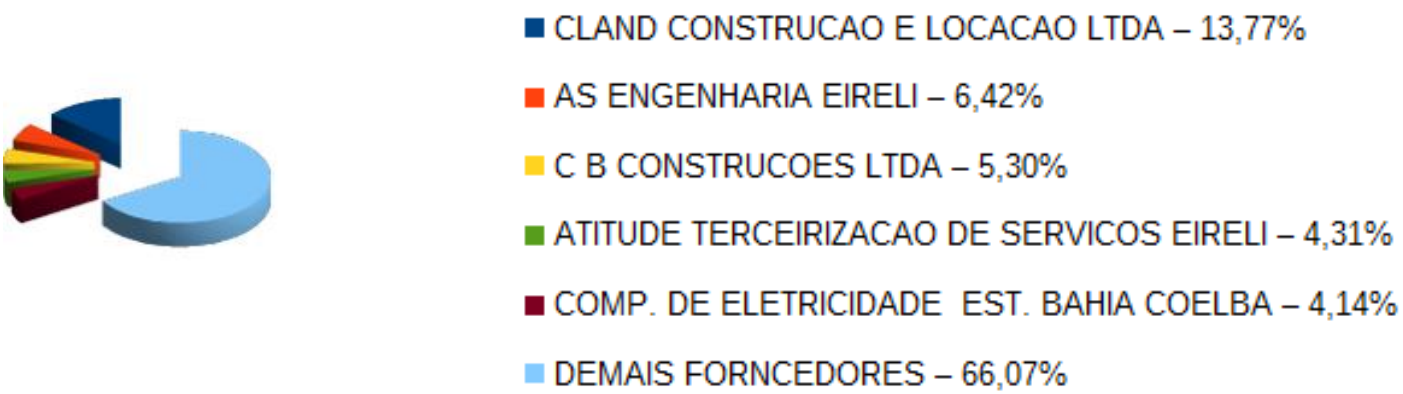
Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar ï Composição por fornecedor:

FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	MARÇO 2021
CLAND CONSTRUCAO E LOCACAO LTDA	686.809,37
AS ENGENHARIA EIRELI	319.929,69
C B CONSTRUCOES LTDA	264.193,95
ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	214.812,79
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	206.409,41
TOTAL FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	1.692.155,21

Fonte: Tesouro Gerencial 2021.

O próximo gráfico apresenta a representatividade dos 5 (cinco) maiores fornecedores a curto prazo em relação as obrigações totais do Órgão.

Gráfico: ï Composição das obrigações com fornecedores a curto prazo:



Fonte: Tesouro Gerencial 2021

É oportuno informar que os cinco maiores fornecedores registrados no passivo deste Órgão, correspondem a 33,93% do total das obrigações a curto prazo do total de aproximado de R$ 1,69.milhões.

A seguir descrevemos o resumo do objeto destes cinco fornecedores mais significativos:

- **CLAND CONSTRUCAO E LOCACAO LTDA** ï Obrigações realizadas pela Unidade Gestora de Santa Inês, referente contratação de empresa especializada para manutenção / prevenção de pavimentação asfáltica.

- **AS ENGENHARIA EIRELLI** ï Obrigações realizadas pelas Unidades Gestoras de Itapetinga (R$ 7.933,21), Serrinha (R$ 46.051,94), Reitoria (R$ 59.656,96) e Catu (R$ 206.287,48), referente a serviços de reformas e obras.

- **CB CONTRUÇÕES LTDA** ï Obrigações realizadas pelas Unidades Gestoras de Bom Jesus da Lapa (R$ 48.125,94), Valença (R$ 45.936,00), Teixeira de Freitas (R$ 60.484,77), Uruçuca (R$ 66.628,93), Xique-Xique (R$ 37.432,26) e Senhor do Bonfim (R$ 5.586,05), referente a serviços de manutenção predial.

- **ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI** ï Obrigações realizadas pelas Unidades Gestoras de Bom Jesus da Lapa (R$ 24.536,21), Valença (R$61.836,80), Serrinha (R$24.465,77) e Santa Inês (R$ 103.974,01), referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de terceirizados.

- **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA** ï Obrigações realizadas pelas Unidades Gestoras de Bom Jesus da Lapa (R$ 9.001,64), Valença (R$ 14.236,22) Itapetinga (R$ 9.040,26), Teixeira de Freitas (R$ 8.022,63), Uruçuca (R$ 15.094,89), Governador Mangabeira (R$ 12.023,79), Serrinha (R$ 14.031,24), Itaberaba (R$ 7.217,81), Xique-Xique (R$ 3.687,76), Alagoinhas (R$ 6.909,63), Reitoria (R$ 11.325,04), Santa Inês (R$ 13.000,92), Senhor do Bonfim (R$ 27.882,28), Guanambi (R$ 29.055,70) e Catu (R$25879,60), referentes despesas para fornecimento de energia elétrica.

4.3.2 ï Patrimônio Líquido

O saldo apresentado no grupo Demais Reservas referem-se a reavaliação de bens móveis na Unidade Gestora de Guanambi.

Já os Resultados de Exercício Anteriores, item mais relevante do Grupo de Resultados Acumulados, referem-se a ajustes dos exercícios anteriores lançados pela Contabilidade do STN

5 ï ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir à afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle. Assim os Potenciais Passivos registrarão os atos e fatos que possam vir a aumentar o Passivo ou diminuir o Ativo da entidade governamental.

As obrigações contratuais do IF Baiano apresentaram um aumento de 17,20% em relação a abertura do ano corrente. Esse aumento decorre, da liberação orçamentária e das obrigações registradas no SIAFI para execução das atividades nas unidades nos próximos execícios.

A tabela abaixo retrata as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela: ï Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	MARÇO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
Fornecimento de Bens	4.134.472,23	4.109.554,89	14,53	0,61
Seguros	23.886,48	13.709,64	0,08	74,23
Serviços	24.299.954,97	20.158.587,14	85,39	20,54
TOTAL OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	28.458.313,68	24.281.851,67	100,00	17,20

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

No encerramento do primeiro trimestre do exercício financeiro corrente, nota-se que as obrigações contratuais do Órgão são de R$ 28,4 milhões, tendo maior representatividade aquelas relacionadas a fornecimentos de serviços, com 85,39%.

Tabela: ï Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR UNIDADE GESTORA	MARÇO 2021	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	1.395.127,60	4,90
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	757,75	0,003
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	722.876,35	2,54
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	464.406,24	1,63
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	1.832.837,31	6,44
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	895.703,81	3,15
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	351.006,16	1,23
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	1.710.171,32	6,01
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	372.843,07	1,31
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	1.190.399,42	4,18
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	4.585.165,86	16,11
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	3.087.166,64	10,85
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	3.216.982,50	11,30
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	1.114.644,37	3,92
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	7.518.225,28	26,42
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	28.458.313,68	100,00

Fonte: Tesouro gerencial 2020.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 5 (cinco) contratos mais significativos relativos ao primeiro trimestre de 2021.

Tabela: ï Obrigações Contratuais - Por Contratado:

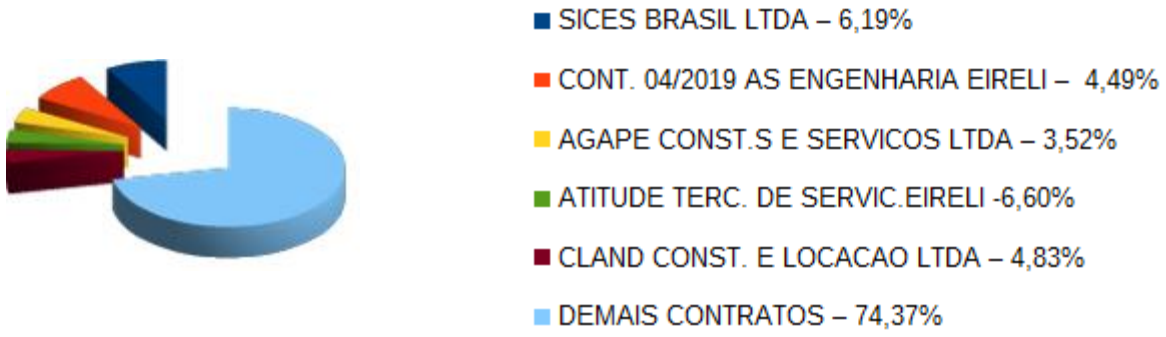
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	MARÇO 2021	AV%
SICES BRASIL LTDA	1.977.174,07	6,95
CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI	1.776.724,95	6,24
AGAPE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	1.544.619,91	5,43
ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	1.355.365,22	4,76
CLAND CONSTRUCAO E LOCACAO LTDA	884.682,43	3,11
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	7.538.566,58	26,49

Fonte: Tesouro gerencial 2021.

É relevante informar que os cinco maiores contratos findado o quarto trimestre do ano corrente, representam 26,49% do total das obrigações contratuais do Órgão, totalizando R$ 7,53 milhões.

O próximo gráfico apresenta a representatividade dos 5 (cinco) maiores contratos em relação ao total dos atos potenciais passivos do Órgão.

Gráfico: ï Composição Contratos:



Fonte: Tesouro gerencial 2021.

A seguir descrevemos o resumo do objeto contratual realizado destes 05 contratos mais significativos do IF Baiano:

- SICES BRASIL LTDA - contratado pela Unidade Gestora Reitoria, tendo por objeto do contrato o fornecimento de módulos de geradores de energia solar fotovoltaicos a serem implantados na Reitoria e Campi.

- **CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI -** contratado pelo Campus Catu, cujo objeto do contrato são obras.

É oportuno informar que para o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), foram constatados contratos com as Unidades Gestoras da Reitoria (R$74.927,45), Itapetinga (R$108.156,51) Itaberaba (R$34.671,88) e Serrinha (R$16.582,54).

- **AGAPE CONST. E SERVÇOS LTDA** - contratado pela unidade gestora de Senhor do Bonfim, tendo por objeto do contrato a prestação de serviços terceirizados.

- ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI - contratado pelas Unidades Gestoras de Bom Jesus da Lapa (R$ 78.802,38), Valença (R$756,57), Serrinha (R$ 22.452,05) e Santa Inês (R$1.253.354,22), tendo como objeto o fornecimento de mão de obra terceirizada.

- CLAND CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA -contratado pelo Campus de Santa Inês referente contratação de empresa especializada para manutenção / prevenção de pavimentação asfáltica

6- AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores que ñregistra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentesò

Ela apresentou no primeiro trimestre de 2021 um saldo credor de R$ 14.649,05, sendo o mais representativo regularizações lançadas na unidade de Itaberaba referentes descontos comerciais não considerados em exercícios anteriores

7 ï NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.1 ï Receitas

No primeiro trimestre de 2021 as receitas realizadas, montaram a quantia aproximada de R$ 231 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R$ 188,8 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R$ 188,6 milhões.

Essa disparidade pode ser justificada pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo Órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e porque os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por ñenteò e não por ñÓrgão/UGò Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), são suficientes para atender às despesas empenhadas no exercício.

A tabela abaixo demonstra a Receita arrecadada por categoria econômica:

Tabela: ï Composição Receitas por categoria econômica:

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES	231.100,39
RECEITAS DE CAPITAL	---
TOTAL	231.100,39

Fonte: SIAFI 2021

Devido a não sansão da Lei do Orçamento Anual(LOA) do execício corrente, não foi possível, conforme tabela acima, verificar o resultado da realização das receitas versus sua previsão.

Nota-se no quadro acima que houve apenas a realização de Receitas Correntes.

A tabela seguinte, apresenta a composição das Receitas Correntes realizadas. Assim constata-se que ao final do primeiro trimestre do ano corrente, o IF Baiano tem nas receitas agropecuárias as mais representativas com 95,17%.

Tabela: ï Composição Receitas Correntes:

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	219.929,71
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.598,96
RECEITAS INDUSTRIAIS	565,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	---
OUTRAS RECEITAS	2.006,72
TOTAL	231.100,39

Fonte: SIAFI 2021.

7.2 ï Despesas

É válido salientar, que da mesma forma que não é possível comparar a receita realizada com as receitas previstas, não é possível comparar execução das despesas programadas (Dotação Atualizada) com as empenhadas, devido a não sansão da LOA. Para o funcionamento do Instituto, vem sendo disponibilizado mensalmente 1/18 avos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Assim, os quadros abaixo demonstraram a

execução do orçamento disponibilizado e não do aprovado. Assim, foram empenhados 57,47% da dotação orçamentária atualizada.

A tabela abaixo demonstra as Despesas realizadas por categoria econômica:

Tabela: ï Composição Despesas por categoria econômica:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	188.893.343,00	108.556.303,76	57,47
DESPESAS DE CAPITAL	---	---	---
TOTAL	188.893.343,00	108.556.303,76	57,47

Fonte: SIAFI 2021.

A tabela abaixo apresenta a composição da Despesas Correntes, bem como sua representatividade (valores empenhados).

Tabela: ï Composição Despesas Correntes:

DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %	AV%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.149.038,00	98.809.191,04	59,83	91,02
OUTRAS DESP. CORRENTES	23.744.305,00	9.747.112,72	41,05	8,98
TOTAL	188.893.343,00	108.556.303,76	57,47	100,00

Fonte: SIAFI 2021

A tabela acima, demonstra que as despesas com pessoal e encargos sociais são os mais relevantes, representando 91,02% dos totais empenhados. Este percentual apresenta-se de forma significativa, principalmente pela não sansão da LOA .

Prosseguindo na análise das despesas, veremos no gráfico adiante a composição detalhada, do grupo Outras Despesas Correntes.

Gráfico: ï Composição Outras Despesas Correntes:

Fonte: SIAFI 2021

Verificou-se em 31 de março do ano corrente, que o maior volume de despesas empenhadas, concentram-se nos seguintes elementos: (a) Auxílio-Alimentação, (b) Indenizações e Restituições, (c) Auxílio Transporte, (d) Outros Benefícios de Assit. Do Servidor, (e) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Op. Int..Orc.

7.3 ï Restos a Pagar

Para elaboração das Nota Explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referente à execução das unidades vinculadas ao Órgão, com o orçamento oriundos do próprio Órgãos consignado na LOA, computando-se também os orçamentos (créditos orçamentários) recebidos de outros Órgãos para execução de determinados programas governamentais.

A inscrição dos recursos é feita pela STN nos primeiros dias de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, conjugada à reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Em janeiro de 2021, foram inscritos na rubrica RPNP, despesas da ordem de R$ 38,7 milhões considerando RPNP Reinscritos (16,32%) e os inscritos do exercício financeiro de 2021 (83,68%).

Cabe destacar que houve um aumento de 49,65% nas despesas inscritas na rubrica de RPNP, representando um aumento de R$12,8 milhões em termos monetários. Esse aumento decorre principalmente da liberação orçamentária no final do exercício de 2020 e da impossibilidade da execução dos serviços e suspensão das atividades decorrentes da Pandemia COVID-19.

Apesar dos problemas apresentados anteriormente, nota-se uma redução significativa da inscrição dos RPNP no exercício corrente (73,62%).

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro, isto é, não houve a conclusão da entrega dos bens e/ou a prestação dos serviços contratados.

Tabela: ï Composição RPNP Inscritos e Reinscritos:

RPNP INSCRITO E REINSCRITO	2021	2020	AV%	AH%
RPNP INSCRITO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.319.424,27	23.952.168,66	16,32	-73,62
RPNP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.410.832,66	1.927.638,86	83,68	1.581,37
TOTAL	38.730.256,93	25.879.807,52	100,00	49,65

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

A próxima tabela apresenta a composição dos RPNP não processados do IF Baiano por unidade gestora inscritos no início do exercício financeiro corrente.

Tabela: ï Composição RPNP Inscritos e Reinscritos por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO RPNP INSCRITO E REINSCRITO POR UG	2021	AV%
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	2.007.037,95	5,18
CAMPUS VALENCA	2.584.805,35	6,67
CAMPUS ITAPETINGA	1.909.034,68	4,93
CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	2.855.766,96	7,37
CAMPUS URUCUCA	2.860.634,26	7,39
CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.513.155,92	3,91
CAMPUS SERRINHA	1.171.124,44	3,02
CAMPUS ITABERABA	1.241.944,77	3,21
CAMPUS XIQUE-XIQUE	855.439,26	2,21
CAMPUS ALAGOINHAS	671.029,24	1,73
REITORIA	5.374.887,57	13,88
CAMPUS SANTA INES	4.748.656,91	12,26
CAMPUS SENHOR DO BONFIM	1.618.671,05	4,18
CAMPUS GUANAMBI	5.223.774,75	13,49
CAMPUS CATU	4.094.293,82	10,57
TOTAL	38.730.256,93	100,00

Fonte: SIAFI 2021,2020.

Fica evidente, que as unidades da Reitoria, de Santa Inês, de Guanambi e de Catu, representam 50,20% do total das despesas inscritas e reinscritas em Restos a Pagar na abertura do exercício corrente.

Encerrado o primeiro trimestre de 2021, após analisar a mesma rubrica, observa-se uma redução aproximada de 16,65% desde estoque. Na tabela seguinte é demostrado como ocorreu esta execução.

Tabela: Execução RPNP 1º trimestre 2021:

EXECUÇÃO RPNP	2020
SALDO INICIAL JANEIRO/2021 (A)	38.730.256,93
RPNP PAGOS (B)	6.382.086,75
RPNP CANCELADOS (C)	68.309,84
SALDO FINAL RPNP EM 31/12/2020 = (A) - (B) - (C)	32.279.860,34

Fonte: SIAFI 2021.

É oportuno informar que o volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IF Baiano, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais do Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência dessas despesas.

De acordo com o Decreto 93.872/86 ratificado pelo Decreto 10.315/20, permanecem válidos, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do Ministério da Saúde, e aqueles decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2019.

Vale salientar que a Coordenação de Contabilidade e a Diretoria Orçamentária do IF Baiano, reitera a suas unidades vinculadas, a solicitação para análise e baixa, com referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) em acórdãos que abordam o assunto.

8 - NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas Notas Explicativas desse demonstrativo.

8.1- Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Observa-se conforme a tabela abaixo, uma redução de 6,48% ao final do primeiro trimestre de 2021 comparado ao mesmo trimestre do ano de 2020. Essa diminuição decorre principalmente da desincorporação de passivos. O grupo de delegações recebidas são os mais representativos.

Tabela: ï Composição VPA:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	MARÇO 2021	MARÇO 2020	AV%	AH%
EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS SERVIÇOS E DIREITOS	229.093,67	118.616,32	0,27	93,14
VPA FINANCEIRAS	0,00	58,97	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	83.360.633,20	82.520.924,30	99,57	1,02
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORP.DE PASSIVOS	86.851,51	7.222.000,44	0,10	-98,80
OUTRAS VPAS	41.154,68	72.662,12	0,05	-43,36
TOTAL	83.717.733,06	89.934.262,15	100,00	-6,91

Fonte: SIAFI 200. 2019..

8.2- Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

O quadro abaixo apresenta a composição das VPDs do IF Baiano por categoria, após fechamento do primeiro trimestre do ano corrente.

Tabela: ï Composição VPD

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	MARÇO 2021	MARÇO 2020	AV%	AH%
PESSOAL, ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	66.375.871,49	65.591.502,30	72,85	1,20
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO CAPITAL FIXO	10.201.833,05	10.322.530,08	11,20	-1,17
VPD FINANCEIRAS	242,83	2.068,48	0,00	-88,26
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	11.653.606,25	7.949.842,51	12,79	46,59
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS C/ ATIVOS E INCORP.DE PASSIVOS	884.312,12	1.537.187,25	0,97	-42,47
TRIBUTÁRIAS	17.912,91	8.610,48	0,02	108,04
OUTRAS VPDS	1.978.124,95	1.147.708,65	2,17	72,35
TOTAL	91.111.903,60	86.559.449,75	100,00	5,26

Fonte: SIAFI 2021,2010.

Nota-se um aumento VPDs em 5,26% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este aumento é justificado principalmente pelo aumento de despesas no grupo Outras VPDs e Transferências Concedidas oriundas de pagamento de bolsas e auxílios para pesquisa e transferências realizadas para pagamentos de Restos a Pagar, respectivamente.

9 - NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro ï BF como sendo a Demonstração Contábil que evidência as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para início do exercício seguinte. (MCASP, 7º Ed. 2017).

9.1 Ingressos:

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no primeiro trimestre de 2021, no âmbito do IF Baiano. Verifica-se uma variação negativa no total dos ingressos de 40,24%, justificada principalmente pela redução dos recebimentos extraorçamentários, quando comparada no mesmo período do ano anterior.

Ainda, saldo do Exercício Anterior, composto pelo item Caixa e Equivalente de Caixa, demonstra uma redução de 1,77%.

Tabela: ï Composição Ingressos:

COMPOSIÇÃO INGRESSOS	MARÇO 2021	MARÇO2020	AV%	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	231.100,39	119.196,06	0,14	93,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	83.094.072,59	82.519.527,31	51,25	0,70
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	55.348.772,11	164.800.258,57	34,14	-66,41
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	23.464.292,72	23.887.729,74	14,47	-1,77
TOTAL	162.138.237,81	271.326.711,68	100,00	-40,24

Fonte: SIAFI 2021, 2020.

9.2 Dispêndios:

No grupo de dispêndios, verifica-se que as despesas orçamentárias são os mais representativos do total dos dispêndios no primeiro trimestre do ano corrente.

Constata-se que houve uma redução nos valores relativos aos dispêndios realizados no primeiro trimestre de 2021 em 40,24% comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta redução é justificada pela menor disponibilidade orçamentária decorrente da não sansão da LOA. Esta afirmação é constatada pela redução no grupo Despesas Orçamentárias.

Tabela: ï Composição Dispêndios:

COMPOSIÇÃO DISPÊNDIOS	MARÇO 2021	MARÇO2020	AV%	AH%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	108.556.303,76	216.580.833,34	66,95	-49,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.013.678,61	7.688.762,46	4,33	-8,78
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	27.507.695,31	28.711.082,05	16,97	-4,19
SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE	19.060.560,13	18.346.033,83	11,76	3,89
TOTAL	162.138.237,81	271.326.711,68	100,00	-40,24

Fonte: SIAFI 2021, 2020.

10 - NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE Á DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ï DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de Caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção regular do financiamento dos serviços públicos. (MACSP, parte V, 7º Ed. 2017).

10.1. Ingressos:

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Liquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do primeiro trimestre de 2021, a Geração Líquida de Caixa foi negativa em R$ 4,4 milhões, apresentando um aumento negativo de 20,53% em comparação ao mesmo período de 2020, conforme tabela abaixo:

Tabela: ï Geração Líquida e Equivalente de Caixa:

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	MARÇO 2021	MARÇO 2020	AH%
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	23.464.292,72	23.887.729,74	-1,77
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	19.060.560,13	18.346.033,83	3,89
GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-4.403.732,59	-5.541.695,91	-20,53

Fonte: SIAFI 2020, 2019

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para a redução do valor negativo líquido de caixa.

Verifica-se que as Atividades Investimento foram as que mais contribuíram para a geração líquida deficitária na Geração de Caixa, impactando na redução da Geração Líquida de Caixa, quando comparada ao mês de março do execício anterior.

Vale destacar ainda a redução de 9,26% do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais em março de 2021 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela: ï Geração Líquida e Equivalente de Caixa por Atividade:

GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA – POR ATIVIDADES	MARÇO 2021	MARÇO 2020	AH%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-3.592.249,54	-3.958.820,57	-9,26
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-811.483,05	-1.582.875,34	-48,73
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	---	---	---
TOTAL	-4.403.732,59	-5.541.695,91	-20,53

Fonte: SIAFI 2020,2019.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Dos ingressos, o item que apresentou maior incidência foram as ñTransferências Financeiras Recebidasò, com R$ 83 milhões, compreendendo os recursos financeiros recebidos pelo IF Baiano do Ministério da Educação (MEC) e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

10.2. Desembolsos:

Dos desembolsos relativos ás despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Economia.

No primeiro trimestre de 2021, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias ñPessoal e Demais Despesasò totalizaram R$ 69,6 milhões, correspondendo a 79,96% do total de desembolso, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R$ 66,5 milhões, representando 95,66% do total das despesas orçamentárias ñPessoal e Demais Despesas.

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Os ingressos de Investimentos, compreendem as receitas referentes à alienação de Ativos Não Circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Os desembolsos de Investimentos, compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos na ordem de R$ 811 mil, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem. Esses desembolsos correspondem em sua maioria para aquisição de Ativo Não Circulante.

Salvador, 23 de Abril de 2021

Eron Paz Rosado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenação Geral de Contabilidade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade ï CCON

ANEXOS: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º TRIMESTRE 2021

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	**PAGINA**
26/04/2021	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	**39.039.925,62**	**41.386.123,70**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**53.937.923,54**	**53.253.714,86**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**19.060.560,13**	**23.464.292,72**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**14.186.809,16**	**19.745.969,97**
Créditos a Curto Prazo	**15.701.506,08**	**14.271.545,22**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores	15.701.506,08	14.271.545,22	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**4.986.471,12**	**565.754,30**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**3.220,44**	**1.577,14**
Estoques	**4.277.859,41**	**3.650.285,76**	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	**-**	**-**	**Provisões a Curto Prazo**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**34.761.422,82**	**32.940.413,45**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**225.663.782,83**	**230.012.897,56**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**306.266,89**	**306.266,89**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo**	**306.266,89**	**306.266,89**
Estoques	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Provisões a Longo Prazo**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**54.244.190,43**	**53.559.981,75**
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	-	-	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Imobilizado	**224.856.776,19**	**229.260.193,72**	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Bens Móveis	38.252.265,03	38.964.561,87	**Demais Reservas**	**24.784,50**	**24.784,50**
Bens Móveis	90.798.678,03	90.071.445,40	**Resultados Acumulados**	**210.434.733,52**	**217.814.255,01**
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-52.546.413,00	-51.106.883,53	Resultado do Exercício	-7.394.170,54	21.188.510,87
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	217.814.255,01	212.078.002,70
Bens Imóveis	186.604.511,16	190.295.631,85	Ajustes de Exercícios Anteriores	14.649,05	-15.452.258,56
Bens Imóveis	188.256.626,07	191.928.902,13	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.652.114,91	-1.633.270,28	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**210.459.518,02**	**217.839.039,51**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**807.006,64**	**752.703,84**			
Softwares	806.886,64	752.583,84			
Softwares	806.886,64	752.583,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120,00	120,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	**PAGINA**
26/04/2021	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**264.703.708,45**	**271.399.021,26**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**264.703.708,45**	**271.399.021,26**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**	ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**
ATIVO FINANCEIRO	**19.062.040,08**	**23.465.772,67**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**87.831.072,80**	**60.097.453,80**
ATIVO PERMANENTE	**245.641.668,37**	**247.933.248,59**	**PASSIVO PERMANENTE**	**33.295.961,91**	**32.192.784,88**
			SALDO PATRIMONIAL	**143.576.673,74**	**179.108.782,58**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**	ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**20.144.670,02**	**20.781.386,88**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**28.458.313,68**	**24.281.851,67**
Atos Potenciais Ativos	20.144.670,02	20.781.386,88	Atos Potenciais Passivos	28.458.313,68	24.281.851,67
Garantias e Contragarantias Recebidas	112.657,90	112.657,90	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	20.026.113,19	20.662.830,05	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	5.898,93	5.898,93	Obrigações Contratuais	28.458.313,68	24.281.851,67
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**20.144.670,02**	**20.781.386,88**	**TOTAL**	**28.458.313,68**	**24.281.851,67**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-55.352.833,56**
Recursos Vinculados	**-13.416.199,16**
Educação	-3.060.291,21
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-3.149.273,88
Previdência Social (RPPS)	-512.651,15
Dívida Pública	-7.900.847,18
Alienação de Bens e Direitos	3.592,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.203.271,83
TOTAL	**-68.769.032,72**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	**PAGINA**
26/04/2021	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**231.100,39**	**231.100,39**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**8.598,96**	**8.598,96**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	8.598,96	8.598,96
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**219.929,71**	**219.929,71**
Receita Industrial	**-**	**-**	**565,00**	**565,00**
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**2.006,72**	**2.006,72**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	806,72	806,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	1.200,00	1.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
26/04/2021	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**231.100,39**	**231.100,39**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**231.100,39**	**231.100,39**
DEFICIT			**108.325.203,37**	**108.325.203,37**
TOTAL	**-**	**-**	**108.556.303,76**	**108.556.303,76**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	**-**	**-**	**-**	**-**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	**-**	**-**	**-**	**-**

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**188.893.343,00**	**188.893.343,00**	**108.556.303,76**	**68.417.668,73**	**53.349.821,40**	**80.337.039,24**
Pessoal e Encargos Sociais	**165.149.038,00**	**165.149.038,00**	**98.809.191,04**	**64.380.444,54**	**50.798.925,55**	**66.339.846,96**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**23.744.305,00**	**23.744.305,00**	**9.747.112,72**	**4.037.224,19**	**2.550.895,85**	**13.997.192,28**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**188.893.343,00**	**188.893.343,00**	**108.556.303,76**	**68.417.668,73**	**53.349.821,40**	**80.337.039,24**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**188.893.343,00**	**188.893.343,00**	**108.556.303,76**	**68.417.668,73**	**53.349.821,40**	**80.337.039,24**
TOTAL	**188.893.343,00**	**188.893.343,00**	**108.556.303,76**	**68.417.668,73**	**53.349.821,40**	**80.337.039,24**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
26/04/2021	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**3.569.167,04**	**27.341.012,94**	**10.220.255,53**	**5.608.395,75**	**54.319,84**	**25.247.464,39**
Pessoal e Encargos Sociais	**87.254,53**	**-**	**-**	**-**	**-**	**87.254,53**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**3.481.912,51**	**27.341.012,94**	**10.220.255,53**	**5.608.395,75**	**54.319,84**	**25.160.209,86**
DESPESAS DE CAPITAL	**2.750.257,23**	**5.069.819,72**	**1.697.342,47**	**773.691,00**	**13.990,00**	**7.032.395,95**
Investimentos	**2.750.257,23**	**5.069.819,72**	**1.697.342,47**	**773.691,00**	**13.990,00**	**7.032.395,95**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**6.319.424,27**	**32.410.832,66**	**11.917.598,00**	**6.382.086,75**	**68.309,84**	**32.279.860,34**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**204.374,72**	**21.042.241,57**	**20.993.037,45**	**-**	**253.578,84**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**19.575.199,47**	**19.575.199,47**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**204.374,72**	**1.467.042,10**	**1.417.837,98**	**-**	**253.578,84**
DESPESAS DE CAPITAL	**14.329,09**	**95.669,57**	**37.792,05**	**-**	**72.206,61**
Investimentos	**14.329,09**	**95.669,57**	**37.792,05**	**-**	**72.206,61**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**218.703,81**	**21.137.911,14**	**21.030.829,50**	**-**	**325.785,45**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	**PAGINA**
26/04/2021	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	**231.100,39**	**119.196,06**	**Despesas Orçamentárias**	**108.556.303,76**	**216.580.833,34**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**101.271.052,39**	**207.475.357,41**
Vinculadas	**232.981,39**	**120.769,07**	**Vinculadas**	**7.285.251,37**	**9.105.475,93**
Educação	500,00		Seguridade Social (Exceto Previdência)	5.922.790,79	1.635.162,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	1.360.796,58	7.456.452,90
Alienação de Bens e Direitos	1.881,00		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.664,00	13.861,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	230.600,39	120.769,07			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-1.881,00**	**-1.573,01**			
Transferências Financeiras Recebidas	**83.094.072,59**	**82.519.527,31**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**7.013.678,61**	**7.688.762,46**
Resultantes da Execução Orçamentária	68.275.589,36	66.721.778,73	Resultantes da Execução Orçamentária	26.395,76	163.335,87
Repasse Recebido	68.249.193,60	66.558.442,86	Sub-repasse Concedido	26.395,76	163.335,87
Sub-repasse Recebido	26.395,76	163.335,87	Independentes da Execução Orçamentária	6.987.282,85	7.525.426,59
Independentes da Execução Orçamentária	14.818.483,23	15.797.748,58	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	6.947.634,89	7.454.454,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	14.159.150,15	15.070.385,52	Movimento de Saldos Patrimoniais	39.647,96	70.972,34
Movimentação de Saldos Patrimoniais	659.333,08	727.363,06	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**55.348.772,11**	**164.800.258,57**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**27.507.695,31**	**28.711.082,05**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	15.067.847,33	15.330.708,63	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21.030.829,50	20.571.248,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	40.138.635,03	149.283.715,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.382.086,75	8.036.903,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.786,94	94.456,36	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.777,14	102.821,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	47.502,81	91.378,06	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1,92	109,42
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.354,85	20.405,72	Demais Pagamentos	1,92	109,42
Arrecadação de Outra Unidade	39.147,96	70.972,34			
Saldo do Exercício Anterior	**23.464.292,72**	**23.887.729,74**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**19.060.560,13**	**18.346.033,83**
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.464.292,72	23.887.729,74	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.060.560,13	18.346.033,83
TOTAL	**162.138.237,81**	**271.326.711,68**	**TOTAL**	**162.138.237,81**	**271.326.711,68**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
26/04/2021	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**83.717.733,06**	**90.196.120,33**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**229.093,67**	**118.616,32**
Venda de Mercadorias	219.929,71	85.358,40
Vendas de Produtos	565,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	8.598,96	33.257,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**58,97**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	58,97
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**83.360.633,20**	**82.782.782,48**
Transferências Intragovernamentais	83.094.072,59	82.520.924,30
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	266.560,61	261.858,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**86.851,51**	**7.222.000,44**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.725,50	22.369,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	83.126,01	7.199.631,10
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**41.154,68**	**72.662,12**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
26/04/2021	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	41.154,68	72.662,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**91.111.903,60**	**86.559.449,75**
Pessoal e Encargos	**63.066.221,57**	**62.496.089,61**
Remuneração a Pessoal	49.466.146,18	49.313.499,23
Encargos Patronais	10.639.650,97	9.439.154,87
Benefícios a Pessoal	2.915.391,26	3.709.211,55
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	45.033,16	34.223,96
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**3.309.649,92**	**3.095.412,69**
Aposentadorias e Reformas	2.428.840,25	2.260.897,09
Pensões	848.145,43	788.726,00
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.664,24	45.789,60
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**10.201.833,05**	**10.322.530,08**
Uso de Material de Consumo	481.390,07	1.218.778,72
Serviços	8.256.322,80	7.525.301,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.464.120,18	1.578.450,01
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**242,83**	**2.068,48**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	242,83	899,47
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	1.169,01
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**11.653.606,25**	**7.949.842,51**
Transferências Intragovernamentais	7.013.678,61	7.690.159,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.639.927,64	259.683,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**884.312,12**	**1.537.187,25**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	2.594,00
Incorporação de Passivos	719.842,87	1.269.984,19
Desincorporação de Ativos	164.469,25	264.609,06

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	**PAGINA**
26/04/2021	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
Tributárias	**17.912,91**	**8.610,48**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.038,12	3.266,83
Contribuições	15.874,79	5.343,65
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.978.124,95**	**1.147.708,65**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.355.650,53	424.089,60
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	622.474,42	723.619,05
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-7.394.170,54**	**3.636.670,58**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2021	2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
26/04/2021	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-3.592.249,54**	**-3.958.820,57**
INGRESSOS	**83.459.107,88**	**82.804.152,07**
Receita Tributária	**-**	**-**
Receita de Contribuições	**-**	**-**
Receita Patrimonial	**8.598,96**	**18.365,53**
Receita Agropecuária	**219.929,71**	**85.358,40**
Receita Industrial	**565,00**	**-**
Receita de Serviços	**-**	**13.782,35**
Remuneração das Disponibilidades	**-**	**-**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**2.006,72**	**1.689,78**
Transferências Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**83.228.007,49**	**82.684.956,01**
Ingressos Extraorçamentários	94.786,94	94.456,36
Transferências Financeiras Recebidas	83.094.072,59	82.519.527,31
Arrecadação de Outra Unidade	39.147,96	70.972,34
DESEMBOLSOS	**-87.051.357,42**	**-86.762.972,64**
Pessoal e Demais Despesas	**-69.608.503,32**	**-69.800.075,88**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-3.031.525,30	-2.815.065,32
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-66.585.332,87	-67.005.416,28
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2021	PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO	PAGINA
26/04/2021	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.354,85	20.405,72
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-10.334.396,43**	**-9.171.203,61**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-10.334.396,43	-9.171.203,61
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	**-7.108.457,67**	**-7.791.693,15**
Dispêndios Extraorçamentários	-94.777,14	-102.821,27
Transferências Financeiras Concedidas	-7.013.678,61	-7.688.762,46
Demais Pagamentos	-1,92	-109,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-811.483,05**	**-1.582.875,34**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-811.483,05**	**-1.582.875,34**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-768.561,35**	**-1.556.961,93**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-42.921,70**	**-25.913,41**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-4.403.732,59**	**-5.541.695,91**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**23.464.292,72**	**23.887.729,74**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**19.060.560,13**	**18.346.033,83**